

A VIOLÊNCIA ESCOLAR E SUAS REVERBERAÇÕES NO ENSINO DE GEOGRAFIA: O QUE SE TEM PRODUZIDO SOBRE O TEMA?

Carlos Eduardo de Paula¹; Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos²; Elizangela Dias Santiago Fernandes³

¹ Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco, carlos.eduardopaula@ufpe.br

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco, thiago.silvasantos@ufpe.br

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, dias.liz@hotmail.com

Resumo

O presente artigo teve como objetivo identificar as produções da Revista Brasileira de Educação em Geografia acerca da violência escolar e suas reverberações no ensino de Geografia. A violência escolar é vista como uma temática complexa, a qual tem raízes históricas e culturais e sua compreensão exige uma abordagem multidisciplinar, considerando fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Para tanto, partimos da abordagem qualitativa, com procedimento de pesquisa bibliográfica. Os dados apontaram para quatro artigos que versam sobre o tema em questão e os resultados demonstram que a violência deve ser pensada como um fenômeno geograficamente situado, isto é, que depende do território, da localização e das relações espaciais para se manifestar. A violência não é apenas um ato isolado, mas uma prática cotidiana que pode estar implícita em políticas públicas, na arquitetura dos espaços institucionais e nas formas de gestão. Assim, ao tomarmos ciência das principais formas de violência escolar que afetam o processo de ensino e aprendizagem urge a necessidade de elaboração de estratégias transformadoras e de políticas educacionais que favoreçam a construção de uma cultura de paz.

Palavras-Chave: Ensino de Geografia. Pesquisa bibliográfica. Revista Brasileira de Educação em Geografia. Violência escolar.

Introdução

A violência escolar tem se configurado um tema de grande amplitude no contexto atual, dado os diversos vieses que a atravessa. Portanto, ao tratarmos esta temática temos em mente o quão desafiador ela se apresenta no cenário educacional, pois aponta para inúmeras questões que a legitima. Com isso, o presente artigo tem como objetivo identificar as produções no campo do ensino da Geografia acerca da violência escolar, a partir da Revista Brasileira de

Educação em Geografia,.

O quadro que se apresenta para a importância da realização de estudos sobre o tema está pintado com fatores como a desestruturação familiar, a desigualdade social, a ausência de políticas públicas eficazes, a desvalorização do professor e a falha no diálogo entre escola e comunidade – os quais favorecem o surgimento e a intensificação da violência nas escolas. Essa realidade compromete, tanto o desenvolvimento pleno dos estudantes quanto o exercício profissional dos docentes, tornando a escola – espaço que deveria ser de acolhimento e formação cidadã – um ambiente marcado pela insegurança.

Nesse sentido, esta pesquisa avança no diálogo de que as políticas públicas e práticas pedagógicas já existentes podem se consolidar como estratégias para minimizar as violências, além de propor uma reflexão crítica acerca do papel da escola na promoção de um ambiente seguro e saudável. Assim, ao tomarmos ciência das principais formas de violência escolar que afetam o processo de ensino e aprendizagem urge a necessidade de elaboração de estratégias transformadoras e de políticas educacionais que favoreçam a construção de uma cultura de paz, assegurando maior tranquilidade a toda a comunidade escolar.

O ensino de Geografia em contextos de violência educacional

A Geografia é uma ciência que estuda a relação entre o ser humano e o espaço geográfico. Essa relação envolve os aspectos naturais e sociais do espaço, analisando como os elementos da natureza e as atividades humanas interagem e se transformam ao longo do tempo. Embora pareça uma definição simples, o conceito de Geografia passou por profundas transformações ao longo da história, refletindo mudanças nos paradigmas científicos e nas necessidades da sociedade (Castro, 2004).

Segundo Corrêa (2005), o conceito de Geografia evoluiu de uma ciência descritiva voltada à localização e à classificação dos fenômenos para uma ciência crítica, preocupada com a compreensão dos processos sociais, econômicos e ambientais que moldam o espaço. Mais do que “decorar capitais e rios”, a Geografia contemporânea busca interpretar o mundo em sua complexidade, promovendo uma leitura crítica e reflexiva da realidade.

O conceito de territorialidade é fundamental para compreender as dinâmicas sociais, políticas e culturais no espaço geográfico. Ele permite analisar as múltiplas formas de



apropriação, controle e vivência do território, bem como os conflitos e as resistências que emergem desses processos. Ao articular poder, identidade e espaço, a territorialidade revela a dimensão profundamente política da Geografia.

Outro aspecto importante da territorialidade é sua relação com a identidade. Grupos étnicos, comunidades tradicionais, movimentos sociais e povos indígenas constroem e reafirmam suas identidades por meio da territorialidade. O espaço passa a ser carregado de significados culturais, históricos e afetivos.

A territorialidade na concepção de Moraes (2005) é um dos conceitos-chave da Geografia, especialmente no campo da Geografia Política. Trata-se de uma noção complexa que ultrapassa os limites físicos do território para envolver relações de poder, identidade, controle e pertencimento. De acordo com Santos (2007), o conceito de territorialidade tem raízes nas Ciências Humanas e Biológicas. Inicialmente, foi utilizado na Biologia para descrever o comportamento de defesa de um espaço por animais. Posteriormente, foi apropriado pelas Ciências Sociais e pela Geografia para explicar as formas como os grupos humanos se apropriam e controlam o espaço.

Outro aspecto importante da territorialidade é sua relação com a identidade. Grupos étnicos, comunidades tradicionais, movimentos sociais e povos indígenas constroem e reafirmam suas identidades por meio da territorialidade. O espaço passa a ser carregado de significados culturais, históricos e afetivos.

A partir da década de 1970, com o avanço da Geografia Crítica, o conceito de territorialidade ganhou novas interpretações. Santos (2007) contribui ao destacar que o território é usado e apropriado de forma desigual, refletindo as contradições do sistema capitalista. Nesse contexto, a territorialidade é vista como uma prática política fundamental nas lutas sociais, especialmente aquelas protagonizadas por grupos marginalizados em busca de reconhecimento, direitos e pertencimento. A territorialidade, portanto, não é neutra. Ela está inserida em contextos de desigualdade e disputa, sendo um instrumento de resistência, dominação ou emancipação.

De acordo com Haesbaert (2009), vivemos em um contexto de “multiterritorialidades”, no qual os indivíduos e grupos estão simultaneamente vinculados a diferentes territórios, físicos e simbólicos, locais e globais. Isso desafia a ideia de uma territorialidade fixa ou única, abrindo



espaço para pensar a fluidez e a pluralidade dos territórios na contemporaneidade. E é justamente nesses territórios onde as escolas se situam. Incluindo-se, portanto, as nuances de vulnerabilidade aos arroubos das violências que os perpassam.

Sobre a violência escolar

A violência que transcorria no âmbito social, hoje, se alastra para as instituições de ensino e isso traz sérias consequências para todos que compõe os ambientes institucionais. Com isso, a violência escolar ganha contornos complexos e diversos “[...] no qual se vai além da violência estrutural, mas também; físicas, professor para aluno, alunos para professor etc. [...] abrangendo agressões físicas e psicológicas” (Sposito; 2001, p. 61).

Historicamente, houve uma tratativa indevida, ao que se acontecia no ambiente interno escolar, sem poder se entender o que isso causaria de consequências no futuro. Nisso, as escolas eram tidas como espaços únicos no qual as situações de agressão vinculadas à didática estabelecida da época eram normalizadas. A aparição midiática disso veio à tona no século vigente onde se trouxe a urgência do tema e a dimensão dessa problemática à sociedade.

Essa agressão se dava, por exemplo, com o uso das palmatórias nas escolas, que foi uma prática comum durante boa parte do século XX, especialmente nas instituições de ensino público e religioso. Essa ferramenta foi utilizada como instrumento de ensino, aplicada em alunos que desobedecessem às regras, apresentassem mau comportamento ou não alcançassem o desempenho esperado. A prática era vista como uma forma disciplinar, alinhada aos métodos autorizados de Educação.

Com o passar do tempo, o uso das palmatórias começou a ser amplamente questionado, tanto por especialistas em Educação quanto por movimentos sociais, que defendem abordagens pedagógicas menos punitivas e mais focadas no desenvolvimento integral do estudante. Esse questionamento foi impulsionado por mudanças culturais e pela introdução de princípios baseados nos direitos humanos e na valorização da dignidade da criança e do adolescente, enfatizados pela Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990.

O contexto foi marcado por diversas iniciativas para reduzir a violência escolar, muitas vezes em parceria com organizações não governamentais, iniciativas essas que o Governo já



trazia nos primeiros anos da década de 1980 onde tentava responder o clima de insegurança com iniciativas de cunho pedagógico para alterar a cultura vigente nas escolas, isso quando não colocava sob responsabilidade das agências policiais. Contudo, o agravamento da insegurança, impulsionado pela intensificação do crime organizado e do tráfico em algumas cidades brasileiras, resultou em um aumento da criminalidade e no sentimento de vulnerabilidade, especialmente nas periferias.

Neste cenário, a vida escolar passou a ser impactada de maneira mais evidente pela violência física que se refere a atos de agressão corporal dentro do ambiente escolar, envolvendo tanto alunos quanto professores ou funcionários, em episódios que podem incluir brigas, empurrões, socos e, em casos mais graves, uso de objetos ou armas. Apesar da Educação escolar ser considerada um meio de promoção da democratização social, a violência escolar acentua um paralelo que denota sua correlação em ser, frequentemente, influenciada por fatores fruto da desigualdade social.

As consequências da violência física escolar são profundas, afetando o clima escolar, o desempenho acadêmico e o bem-estar dos envolvidos. Além disso, pode causar traumas psicológicos, aumentar o medo e a insegurança entre alunos e educadores, e contribuir para a evasão escolar, ela pode ocorrer em casos do aluno para o professor que é um problema crescente nas escolas, podendo se manifestar tanto por meio de agressões físicas, como verbais ou psicológicas, e suas causas vão além da criminalidade que pode cercar a comunidade desse aluno, pode envolver fatores como desestruturação familiar, falta de respeito pela autoridade dos educadores, ou problemas emocionais ou psicológicos dos alunos (Sposito; 2001, p. 67).

Com fortes consequências, professores agredidos podem desenvolver estresse, ansiedade e outros problemas emocionais, o que compromete sua capacidade de ensinar e prejudica o ambiente escolar como um todo. Além disso, a violência contra professores pode levar à evasão escolar, contribuir para a criação de um ambiente escolar hostil e inseguro, onde os alunos podem sentir que a escola não é um lugar seguro para aprender. Esse clima de insegurança pode fazer com que os estudantes se sintam desmotivados, afetando sua permanência na escola e aumentando a probabilidade de evasão.

Ainda segundo Sposito (2001) a violência também é citada em sua total tratativa, quando se analisa a década de 1980, na qual, a falta do monitoramento desse fenômeno é ausente e confusa, que fazia com que cada gestor agisse de acordo com seus próprios procedimentos e, assim, muitas vezes não entender o acompanhamento como determinações de



registros importantes, em alguns períodos, a notificação de episódios de violência nas escolas foi interpretada como um indicativo de fragilidades no trabalho pedagógico.

A violência escolar é um dos principais vilões no processo de ensino-aprendizagem de alunos do sistema educacional brasileiro, onde atrelado a outros fatores como ausências de estrutura escolar e de recursos tecnológicos torna-se a realidade de várias escolas. Com isso, é necessário o afastamento do modelo de ensino autoritário e positivista, o qual reverbera em uma Pedagogia que tem o medo como um instrumento eficiente, resultando na qualificação do ensino violento e que incide no processo de aprendizado que não é concretizado para formas que se contraponha a este cenário.

Décadas mais tarde, a partir de iniciativas da sociedade civil e dos movimentos sociais da área de Educação que lutavam por políticas de segurança proeminentes dos anseios de cada realidade institucional, uma perspectiva de mudança foi estabelecida através da Lei nº 14.643 de 2023, na qual foi implementada o monitoramento da violência escolar. Com o tempo o modelo pela busca por uma instituição não violenta foi sendo inserida na discussão para proporcionar, principalmente aos alunos mais vulneráveis, maiores condições de permanência nas unidades de ensino.

Assim, a Violência escolar e suas problemáticas têm ganhado cada vez mais força nas discussões contemporâneas. Em decorrência disso, também vem ganhando mais espaço nos planos de ações de ensino, posto a relevância social e política dentro de debates desse tema. Dito isso, podemos perceber a relevância sobre de debatermos e promovermos a conscientização sobre essa discussão dentro das salas de aula de Geografia.

Metodologia

Este estudo de natureza qualitativa foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica. A coleta dos dados foi realizada na Revista Brasileira de Educação em Geografia – Edugeo, que reúne produções acadêmicas de diversas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, perpassando diretamente a área da Geografia. Este periódico, auferiu o conceito Qualis A2 na atual avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



Neste sentido, utilizamos o descritor “violência escolar” para a identificação das publicações. A busca levou em consideração toda a série histórica de publicações da Revista – ou seja, desde a primeira publicação em 2011 até o ano de 2025, quando realizamos a análise. Localizamos quatro artigos que tratavam acerca da temática em questão. Todos estes fizeram parte do *corpus* analítico deste estudo. Então, inicialmente, foi conduzida uma leitura exploratória das obras selecionadas, permitindo uma visão geral e a posterior análise aprofundada das manifestações e impactos da violência escolar no ambiente educacional.

Resultados e discussão

Frente a diversidade e polissemia de interpretações e perspectiva sobre o fenômeno da violência, foram elegidas enquanto instrumentos teórico-metodológico em sua totalidade para a abordagem as expressões da violência direta, estrutural e simbólica, como categorias de possibilidade de leitura socioespacial da realidade – a partir da compreensão cunhada por Imbusch (2019). Observou-se que a violência deve ser pensada como um fenômeno geograficamente situado, isto é, que depende do território, da localização e das relações espaciais para se manifestar. A violência não é apenas um ato isolado, mas uma prática cotidiana que pode estar implícita em políticas públicas, na arquitetura dos espaços institucionais e nas formas de gestão.

Ao identificarmos as produções da Revista Brasileira de Educação em Geografia acerca da violência escolar e suas reverberações no ensino de Geografia, localizamos quatro trabalhos que abordaram a temática violência escolar. O quadro 1 mostra os estudos encontrados.

Quadro 1 – Produções sobre violência escolar na Revista Brasileira de Educação em Geografia

AUTOR /ANO	TÍTULO DO ARTIGO	ANO
Elias Coimbra da SILVA	“RECORDAÇÃO DA CASA DOS MORTOS”: apontamentos sobre a docência em uma penitenciária do estado de São Paulo.	2019
Vanessa de Oliveira HAILE; Adelaine Ellis Carbonar dos SANTOS	Assédio e o abuso no ensino superior: das agressões à omissão institucional.	2021
Róbinson SOUZA; Maria Nilvane FERNANDES; Emerson RIBEIRO	As escolas de ensino profissionalizantes do estado do Ceará compreendidas por meio das práticas espaciais.	2022

Magno Emerson BARBOSA;
Lana de Souza CAVALCANTI

Pensar geograficamente a violência: elementos
para a prática docente.

2024

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A articulação desses resultados com a leitura de Silva (2019) amplia a análise ao permitir uma leitura simbólica do espaço institucional como forma de punição e vigilância. A prisão retratada pelo autor se assemelha, em termos de controle do corpo e da subjetividade, ao ambiente escolar e universitário descrito nos demais textos.

Esse olhar se confirma no estudo de Haile e Santos (2021) que trata do tema do assédio e do abuso no ensino superior como um mecanismo de exclusão simbólica e disciplinamento dos corpos, sobretudo das mulheres. O ambiente universitário, ao invés de ser espaço de autonomia, se transforma em local de tensão e medo, especialmente quando as denúncias são ignoradas ou deslegitimadas pelas próprias estruturas institucionais. O espaço educacional, nesse contexto, deixa de ser apenas físico para se tornar simbólico: ele comunica quem pertence e quem é excluído.

Já Souza, Fernandes e Ribeiro (2022) discorrem sobre as escolas de ensino profissionalizantes do estado do Ceará compreendidas por meio de práticas espaciais, percebe-se uma contradição entre o discurso institucional de modernização e inclusão e as práticas espaciais efetivas. Os resultados apontam que as escolas, embora implantadas com objetivos estratégicos de formação e mobilidade social, reproduzem relações hierárquicas, excludentes e autoritárias. As práticas cotidianas de gestão e controle refletem um modelo educacional ainda preso à lógica disciplinar. O artigo mostra que, apesar do discurso de inovação, inclusão e desenvolvimento regional, muitas escolas operam segundo lógicas tradicionais e excludentes.

Barbosa e Cavalcanti (2024) investigam a violência no contexto escolar a partir de uma abordagem geográfica, analisando dimensões diretas, estruturais e simbólicas na espacialidade da escola pública. Por isso, coadunando com o pensamento impetramos que é possível pensar em diversos tipos de violência, como a direta, a psicológica, a institucional, a estrutural, a cultural, a simbólica, a ritualizada, entre outras.

Dessa forma, os resultados mostram que há um padrão comum: os espaços institucionais são organizados para manter estruturas de poder, mesmo quando revestidos de discursos de cuidado, inovação ou formação cidadã. A discussão revela que é necessário problematizar a

função simbólica e material desses espaços, rompendo com a ideia de neutralidade e reconhecendo-os como agentes ativos na produção de violências e desigualdades.

Contudo, esta pesquisa apresenta limitações que precisam ser reconhecidas. Em primeiro lugar, trata-se de um estudo de caráter bibliográfico e interpretativo, sem dados empíricos ou entrevistas que pudessem oferecer maior profundidade às análises contextuais. Sendo assim, a ausência de uma investigação de campo limita a compreensão das práticas cotidianas vividas pelos sujeitos nos ambientes analisados, especialmente nas escolas profissionalizantes do Ceará. Além disso, a abordagem literária adotada, embora enriquecedora, não segue métodos sistemáticos de análise de conteúdo literário, o que pode restringir o rigor da interpretação. A escolha dos textos também influencia os recortes e enfoques adotados, o que significa que outras obras ou abordagens teóricas poderiam gerar interpretações distintas.

Conclusões

As discussões trazidas neste Trabalho demonstram o impacto e destaca a complexidade e a gravidade da violência nas instituições de ensino no Brasil, contudo o ensino de Geografia pode trazer implicações bastantes significativas, haja vista que o referido fenômeno é geograficamente situado. Cabe ressaltar que a violência escolar não é um fenômeno recente, tendo raízes históricas e culturais, e que sua compreensão exige uma abordagem multidisciplinar, considerando fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Portanto, reforça-se a importância de políticas públicas eficazes, como o monitoramento de ocorrências de violência, a implementação de programas educativos e sociais, e a necessidade de uma cultura de paz nas escolas.

Destaca-se, ainda, que a violência não deve ser vista apenas como um problema de segurança, mas como um fenômeno que reflete desigualdades sociais mais amplas, como a exclusão, a desigualdade de classe e a desestrutura familiar. Para tanto, é preciso considerar as diferenciações do conceito de violência sob a ótica dos diversos níveis, do particular ao estrutural, em suas modalidades de aplicação e manifestação. Deste modo, deve-se primar por um ensino de Geografia que aborde o tema a partir de um olhar sistêmico que abarque as diversas formas de violência e seus muitos contextos, colaborando para sua conceituação no âmbito socioespacial.



A aplicação e a continuidade das discussões acadêmicas sobre o tema, para além a pesquisa bibliográfica aqui realizada, reforça a necessidade de uma abordagem crítica e interdisciplinar, que considere as diferentes formas de violência e suas manifestações no espaço escolar, contribuindo para a construção de ambientes educativos mais justos, seguros e inclusivos.

Referências

BARBOSA, Magno Emerson; CAVALCANTI, Lana de Souza. Pensar geograficamente a violência: elementos para a prática docente. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 14, n. 24, p. 5-30, jan./dez. 2024. DOI: 10.46789/edugeo.v14i24.1425. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1425>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 14.643 de 2 de agosto de 2023**. Autoriza o Poder Executivo a implantar serviço de monitoramento de ocorrências de violência escolar. Brasília: Presidência da República, 2023.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito-chave da Geografia**. São Paulo: Ática, 2005.

SILVA, Elias Coimbra da. “RECORDAÇÃO DA CASA DOS MORTOS”: apontamentos sobre a docência em uma penitenciária do estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 8, n. 16, p. 77-94, jul./dez. 2019. DOI: 10.46789/edugeo.v8i16.546. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/546>. Acesso em: 12 jul. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAILE, Vanessa de Oliveira; SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos. Assédio e o abuso no ensino superior: das agressões à omissão institucional. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 11, n. 21, p. 05–24, jan./dez. 2021. DOI: 10.46789/edugeo.v11i21.1083. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1083>. Acesso em: 12 jul. 2025.



IMBUSCH, Peter. The concept of violence. In: HEITMEYER, Wilhelm; HAGAN, John. (eds.). **International Handbook of Violence Research**. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2018. p. 13-39. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-0-306-48039-3_2. Acesso em: 16 abr. 2025.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

SOUZA, Róbinson; FERNANDES, Maria Nilvane; RIBEIRO, Emerson. As escolas de ensino profissionalizantes do Estado do Ceará compreendidas por meio das práticas espaciais. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 12, n. 22, p. 5-23, jan./dez. 2022. DOI: 10.46789/edugeo.v12i22.1110. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1110>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/pbFRcymkHxFPkK7VkkMwXNQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2025.

